

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019
AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1533288 - SP (2014/0096408-8)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : HOSPITAL SANTA PAULA S/A
ADVOGADOS : GILBERTO SAAD - SP024956
ROBERTA DE ALENCAR LAMEIRO DA COSTA E
OUTRO(S) - DF017075
JOÃO MARCELO GUERRA SAAD - SP234665
WILLIAM BEHLING PEREIRA DA LUZ - SP207648
AGRAVADO : UNIMED SÃO PAULO COOPERATIVA DE TRABALHO
MÉDICO - MASSA INSOLVENTE
ADVOGADOS : RUBIANA APARECIDA BARBIERI - SP230024
ALEX STOCHI VEIGA E OUTRO(S) - SP301432
INTERES. : MEDICINET PRESTACAO DE SERVICOS MEDICOS E
TECNOLOGIA DE INFORMACAO E NETWORKING
LTDA - MASSA FALIDA
REPR. POR : CAPITAL CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA -
ADMINISTRADOR
ADVOGADOS : AFONSO RODEGUER NETO - SP060583
ALEXANDRE URIEL ORTEGA DUARTE - SP120468
CARLOS ROBERTO DI CIOMMO - SP149165
LUIS CLAUDIO MONTORO MENDES - SP150485

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EMBARGOS DE TERCEIRO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA (ART. 1.021, § 1º, DO CPC/2015). AGRAVO NÃO CONHECIDO.

1. Coube ao agravante, nas razões do agravo interno, trazer argumentos objetivos e suficientes para contestar a decisão agravada, sob pena de não conhecimento do recurso, conforme o que dispõe o art. 1.021, § 1º, do CPC/2015. No entanto, deixou o agravante de impugnar os fundamentos da decisão agravada, razão pela qual não há como se conhecer do recurso.

2. Agravo interno não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, não conhecer do recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrigli, Paulo de Tarso Sanseverino, Ricardo Villas Bôas Cueva e Moura Ribeiro votaram com o Sr. Ministro Relator.

Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Brasília, 18 de Fevereiro de 2019 (Data do Julgamento)

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator